

2. Prestação de contas do ano 2013 .-----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e documentos de prestação de contas do ano transato, e submetê-los a apreciação e votação do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea i) do número um do artigo trinta e três e alínea I) do número dois do artigo número vinte e cinco, ambos da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, bem como o artigo setenta e seis da Lei n.º setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). -----

Abstiveram-se os senhores vereadores dr. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, dr. António de Sousa Meireles e dr. Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro.-----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira pediu esclarecimentos sobre diversas rubricas referente a "Outros", as quais foram esclarecidas pela Chefe da Divisão de Finanças e Contabilidade, drª. Cristina Oliveira: -----

"No mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica há um conjunto de rubricas denominadas de "Outros", que considero exagerado e me parecem sinónimo de falta de rigor. No entanto, vou apenas cingir-me aos valores mais elevados: -----

Na rubrica 020201, o valor de 3.663,53€ refere-se a quê?"-----

A drª. Cristina Oliveira referiu: *"É um valor demasiado pequeno, que irei verificar."* -----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira prosseguiu, *"na mesma página há um valor de 754.220,00€ referente a "Outros serviços", a que se refere?"*-----

A drª. Cristina Oliveira esclareceu *"é o valor referente à Ambisousa. A nova versão do POCAL poderá trazer novidades, há situações específicas das autarquias que não estão discriminadas e são classificadas como "Outros", no entanto poderemos pensar numa maior desagregação."*-----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira continuou: *" e na rubrica 07010307, o valor de 5.813,00€ corresponde a quê?"*-----

A Drª. cristina esclareceu: *"Estes valores são das aquisições de bens de capital discriminados no PPI."* -----

O sr. vereador dr. Leonel vieira continuou: *"No Departamento de Obras e Ambiente, na página 5, a que se refere o valor de 30.633,00€ e na página 6 o valor de 42.909,00€, "Outros bens?"*-----

A drª. Cristina clarificou *"A primeira refere-se a óleos e lubrificantes, a segunda refere-se a outros bens a adquirir pelo departamento que não se encaixam nas rubricas existentes. Relativamente a estas situações poderei discriminar o tipo de aquisição."* -----

O sr. vereador dr. Leonel acrescentou “na mesma página há um valor exagerado de 618.434,00€, diz respeito a quê?” -----

A drª. Cristina elucidou “este valor refere-se ao tratamento de resíduos e saneamento das Águas do Noroeste.” -----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira continuou “há um valor de 143. 651,00€, para equipamento básico para o DOM e um de 64.610,00€ no Departamento de Educação. Ainda, na mesma página há um valor de 15.769,00€ e outro de 237 000,00€, que se referem a quê? -----

A drª. Cristina explicou “143 651,00€, é equipamento básico para o DOM, o valor de 64 610,00€ é referente à aquisição de gás destinado ao pavilhão, ao complexo desportivo e às escolas, 15.769,00€ refere-se a outros bens para a educação e, por último, o valor de 237 000,00€ refere-se às aulas de natação para os alunos das escolas primárias. -----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira continuou: -----

“Com a falta de elementos estamos a votar no escuro, porque a rubrica “Outros” não é nada, deveria estar tudo discriminado . -----

Quero que me esclareça ainda, no mesmo mapa, na página 2, em locação de edifícios, há um valor de 36.000,00€, a que edifícios se reportam este valor? Há ainda um valor de 33 647,00€ de indemnizações, falamos de quê e a quem? -----

A drª. Cristina Oliveira esclareceu: “O valor de 36.000,00€,refere-se à renda com o espaço internet que já cessou e às salas de formação existentes na Associação Industrial. Quanto ao valor das indemnizações diz respeito a acidentes de viação e duas cessações de contratos de trabalho.-

O sr. Presidente esclareceu ainda: -----

“Temos duas salas arrendadas na Associação Industrial para formação e ponderei cessar esse arrendamento, mas entretanto falei com a direcção e o que está previsto é aproveitar esse arrendamento para fazer nascer a incubadora de empresas.” -----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira observou: -----

“Queria referir ainda, relativamente a estes mapas, que há alguns valores de despesas que nos parecem exagerados e que urge reduzir, estamos a falar de: -----

- Pessoal em regime de tarefa ou avença - 100 196,00€-----
- Estudos, pareceres, projetos e consultadoria - 51 629,00€-----
- Outros trabalhos especializados - 229.000,00€-----
- Publicidade - 126 482,00€.-----

Relativamente ao mapa de controlo da receita, nos serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos há uma receita 13 100,00€, quando estava prevista uma receita de 200 150,00€, gostava que me esclarecessem a que se refere esta previsível receita?” -----

A drª. Cristina Oliveira esclareceu que “o valor refere-se à receita expectável com o aluguer das instalações do complexo desportivo. Este valor ficou abaixo do previsto, no entanto, em termos globais obtivemos uma execução do orçamento, da parte das receitas correntes, perto dos cem por cento”. -----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira referiu ainda que relativamente à atribuição de subsídios gostava de ver esclarecido:-----

"No mapa transferências e subsídios verifica-se a atribuição à Copagri – Cooperativa Agrícola de Lousada de um valor de 6.305,00€, refere-se a quê?."-----

A drª. Cristina Oliveira esclareceu: *"este valor refere-se à utilização das instalações da AMI."*-----

O sr. vereador questionou ainda sobre os seguintes valores:-----

"No mesmo mapa de transferências e subsídios, constato outros montantes e outros destinatários, para os quais solicito explicações."-----

COPAGRI, mais, 8.535,89€."-----

A Farmácia Ribeiro, um valor de 14.992,07€."-----

Maria José Ribeiro Pacheco da Fonseca, 8.897,09€"-----

Entretanto, há outros valores consideráveis que gostava de ver esclarecidos, que constam no mapa de outras dívidas a terceiros:-----

Devemos à COPAGRI 30.837,68€;-----

Manuel Fernando Morais Bessa da Costa, o valor de 3.421,48€. Porque se deve a um particular?-----

José Nogueira Ferreira, 1.213,05€?-----

António da Cunha Magalhães, 21.812,57€?-----

A drª. Cristina Oliveira referiu:-----

"São valores atribuídos com base no Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, são, por exemplo, cabazes de bens alimentares, fraldas e outros apoios a famílias carenciadas definidos no regulamento, cuja classificação económica seja 04.08."-----

No caso da Farmácia Ribeiro são valores relacionados com medicamentos também definidos no Regulamento, no entanto será de mencionar que o apoio não é atribuído à farmácia mas sim ao utente, contudo, é à farmácia que efetuamos o pagamento, como é o caso dos subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia que têm a ver com o apoio na aquisição de livros."-----

O valor de 30.837,68, tem que ver com o concurso público de fornecimento de bens alimentares para as refeições escolares."-----

O valor de 3.421,48€ diz respeito ao fornecimento de frutas e legumes para as refeições escolares, cujo fornecedor detém uma empresa em nome individual."-----

O valor de 1.213,05€ trata-se de uma vidraria, também em nome individual."-----

O último é material de construção em nome individual."-----

Existem muitas empresas em nome individual, o que não significa que sejam particulares."-----

A srª. vereadora drª. Cristina Moreira acrescentou:-----

"No essencial, são verbas contempladas para apoio a famílias desfavorecidas."-----

Para além das farmácias do Centro da Vila, vamos também trabalhar com as restantes para as pessoas não terem de se deslocar."-----

O sr. vereador dr. Leonel Vieira afirmou ainda que:-----

"Pretendo a informação detalhada de todas as rubricas que aqui indiquei e outras, principalmente das verbas apresentadas como "outros". Farei chegar à Dra. Cristina Oliveira a relação de todas as rubricas."-----

O sr. vereador dr. António Meireles colocou várias questões:-----

"Quantas farmácias são fornecedoras destes produtos?-----

Para ter uma informação com mais pormenor, qual será o grau de endividamento neste momento? Isto é o valor de endividamento do Município?-----

Outra questão prende-se com as transferências para as freguesias, ao abrigo da Lei nº. 169/99, de 18/09 - artº. 66º, pois existem transferências para as freguesias, com montantes díspares, como é o caso da Freguesia de Lustosa com o valor de 2.921,99€ e a de Caíde de Rei com 46,00€. Esses valores dizem respeito a quê? -----

O sr. Presidente esclareceu:-----

"Esses dados referentes ao endividamento constam do Relatório de Gestão, com base nas regras em vigor naquela altura.-----

A nova Lei das Finanças Locais deixou para trás as regras de endividamento líquido e agora o que interessa é a dívida total do Município, que não pode ser superior a 1,5 vezes a média das receitas correntes dos últimos três exercícios, pelo que temos uma enorme margem até ao limite imposto para este Município para dívida total."-----

O sr. vereador dr. António Meireles colocou ainda as seguintes questões:

"Um endividamento que se aproxima dos 13.000.000,00€ (treze milhões); Confirma-se?-----

Transferência de verbas para as freguesias... Diferenças significativas nas transferências?-----

Qual o valor dos compromissos por pagar? 1.500.000,00€?? (um milhão e meio de euros) referenciado no mapa de controlo orçamental da despesa... confirma-se?-----

Despesas com pessoal: os valores do GAP (Gabinete de Apoio à Presidência) e do pessoal em qualquer outra situação... aproxima-se dos 250.000,00€. Ultrapassa o dobro do que é pago aos Órgãos de Soberania.---

Situação dos contratos, relativos à Agenda cultural? Estamos a falar de que montantes? Mês e ano - Aproximadamente 70.000,00€/ ano?-----

A Construção de acessos ao novo centro escolar de Caíde de Rei, já se concretizaram? Qual o valor pago na sua concretização e para que fim, visto que já saíram 5.000,00€; O arruamento já está concluído?-----

O dr.a Cristina Oliveira acrescentou:-----

"Se analisarmos o relatório com base nas regras de gestão que estão atualmente em vigor relativamente à dívida total, aliás há um mapa que vai à Assembleia Municipal com esses dados, o nosso limite para a dívida total é de cerca de 31 milhões de euros, pois a questão do endividamento líquido deixou de ser considerada passando-se a considerar a dívida total que o Município tem, que engloba, empréstimos, locações, fornecedores, cujo valor total ronda os 13 milhões, 12 milhões se considerar a perspetiva para o final de 2014, tendo em conta que vamos amortizar perto de 1 milhão de euros, mesmo considerando o empréstimos de 693.217,59€, pois provavelmente uma grande parte não será utilizada este ano. Também

vamos abater perto de 200 mil euros de dívida à Associação de Municípios relativa à SUMA, cerca de 20 mil euros por mês, daí ter mencionado os 12 milhões de dívida total. -----

A maior parte são situações para o parque escolar, há faturas de trinta e seis euros, pode ser uma reparação qualquer no âmbito do acordo.-----

Estas situações, basicamente, têm a ver com a manutenção do parque escolar.-----

Relativamente à agenda cultural, não tenho presente o valor na totalidade mas rondará os 70 000,00€ por ano, mas irei verificar-----

Relativamente ao GAP resulta de decisões que não são minhas, no que diz respeito ao pessoal em qualquer outra situação, resulta dos acordos com o centro de emprego, do emprego inserção.”-----

Relativamente ao centro escolar o sr. Presidente respondeu:-----

“O processo do centro escolar esteve, infelizmente, como sabem, cerca de dois anos parado e agora estamos muito limitados no tempo para resolver o problema porque em junho de 2015 as obras têm de ficar prontas.-----

Tem ido a Caíde? O arruamento ainda não se encontra concluído. O valor de 5000,00€ foi gasto na desmatização e trabalhos de remodelação do terreno necessário para o Centro Escolar e respetivos acessos.”-----

O sr. vereador dr. António Meireles concluiu:-----

“Por último, refiro-me à construção dos percursos verdes e a proteção dos leitos dos rios, em que é que foram gastos os três mil euros? Estão previstos noventa mil euros para os anos seguintes, destinam-se a quê e em que moldes?”-----

O sr. vereador dr. Manuel Nunes esclareceu:-----

“Relativamente aos percursos, de facto, o que acontece é o seguinte: os percursos que se começaram a desenhar surgiram no decurso de oportunidade de concretização efetiva de alguns traçados. Quando se definiram os cursos dos rios Sousa e Mezlo com eixos estruturantes para alguns percursos o facto não pretendeu limitar a sua área de implementação às respetivas margens, antes definindo os territórios de vale onde esses percursos se iriam enquadrar, como é o caso daqueles que estão definidos para o Sousa.-----

Aquilo que se prevê venha a acontecer, já este ano, é a conclusão de uma parte significativa do percurso que permitirá ligar o centro urbano e o Parque Urbano ao Parque da Torre de Vilar, aproveitando a envolvente ao futuro Parque Biológico, num total aproximado de dezasseis quilómetros. À medida que o novo vai sendo desfiado, vão nascendo hipóteses de percursos. Os investimentos vão sendo feitos à medida que vão surgindo as necessidades, como aconteceu nos três percursos entretanto definidos no âmbito do vale do Sousa.-----

No entanto, a questão do aproveitamento da margem dos rios nem sempre é possível. Existe um problema todos os anos que tem que ver com as cheias, tanto do Sousa como do Mezio, facto que não permite a utilização das margens dos rios durante uma grande parte do inverno, logo, criar infraestruturas ao longo de caminhos e ao longo do rio que depois não podem ser usados durante três ou quatro meses é contraproducente. Portanto, optou-se, em alguns casos, por subir ligeiramente as cotas e passar os percursos, quando possível, para zonas de meia encosta para evitar estas situações. O que está a ser feito no terreno é o levantamento paulatino de

traçados e de hipóteses de traçados. Com a ajuda das Juntas de Freguesias havemos de criar no concelho uma rede de percursos alargada".-----

O sr. vereador dr. Agostinho Gaspar concluiu: -----

"Após análise de prestação de contas referente a 2013, os vereadores eleitos pela coligação Lousada Viva, optam pela abstenção, pois estas não são as nossas contas, apenas analisamos as informações remetidas, isto é, esta prestação de contas não é executada por nós e por isso fazemos apenas uma apreciação dos documentos remetidos, posto isto, importa referir algumas considerações decorrentes da nossa análise; verificamos que esta prestação de contas está fortemente influenciada pela imposição legal de não contração de empréstimos no Ano de 2013, bem como a diminuição de investimento neste mesmo Ano de 2013, uma vez ter estado suspenso a construções dos Centros Escolares, mais, obrigou a que a contrapartida Nacional dos projetos apoiados pelo Qren tenha tido de ser feita com fundos próprios, levando assim a que se verifique uma diminuição considerável do peso da receita de capital no total da receita; isto é; execução da despesa 84,2%, execução de receita 84,2% , de salientar ainda que o grau de execução de receitas correntes foi de 97.6% e o grau de execução receita de capital foi de 50.6% , o que demonstra bem o efeito que teve , a imposição legal de impossibilidade de recurso ao crédito, nesta execução ou prestação de contas, de salientar ainda a consequência ,que esta imposição legal, teve nos rácios apresentados , isto é, houve um aumento do peso dos fundos Autárquicos e uma diminuição das transferências de capital externas o que levou a: -----

- Diminuição dos rácios de Rendibilidade, porque foram utilizados mais fundos próprios; passou de 4.54% para 1.36%; Rendibilidade de capitais permanentes passou de 3.84% para 1.17%; -----

- Redução de resultado Líquido passou de 2.67% para 0.81%-----

- Uma diminuição de Liquidez Geral, passou de 2.77% para 2.59%-----

- Levou a que se verifique, pela positiva, uma autonomia financeira, pelas regras em vigor em 2013, de próximo de 60%.-----

Importa ainda salientar os seguintes aspetos;-----

- A dívida de terceiros diminuem, o que é bom, no entanto a provisão já para 2014 de cobranças duvidosas tem um aumento de € 141.779.95, passando assim para € 358.578,82, (Provisão).-----

- Houve um aumento de execução de receitas correntes, ex. IMI de 105,33%; IUC de 148,18%; Saneamento / Conservação de 136%;-----

- Lamentamos que a execução de venda de terrenos, em que estava previsto uma execução de 2 Milhões de Euros, tenha sido de 0%, significa que mais um Ano se passou sem que se tenha vendido um metro de terreno na Zona Industrial de Lustosa, o que significa menos Empresas, menos Emprego, menos captação de investimento, o que prova a má opção de construção de infraestruturas da Zona Industrial de Lustosa e a falta de capacidade deste executivo na captação de investimento. -----

- Dívida total do Município é de €13.716.766.66. -----

Por ultimo, consideramos, uma vez mais, que o facto de o Município estar impedido de contrair empréstimos e como tem obrigações mensais/Anuais com amortizações de empréstimos, levou à diminuição de passivo e à diminuição de tempo para pagamento de fornecedores, como podemos verificar, a data de hoje, a famosa lei de compromissos, apesar de injusta em alguns aspetos, proporcionou ao Município de Lousada uma melhoria considerável no seu equilíbrio financeiro." -----

O sr. Presidente referiu para a ata o seguinte:-----

"Nós votamos, naturalmente, a favor. Queria dar nota de que nós sempre dissemos que concordamos com o objetivo da Lei dos Compromissos, não concordamos é com o método. É uma lei cega que não distinguiu aqueles que tiveram um bom desempenho em termos económico-financeiros. Com o decorrer do tempo conseguimos adaptar a nossa ação aos constrangimentos dessa lei, mas o certo é que o início da sua aplicação foi muito crítico e originou situações completamente absurdas. Julgo que se poderia ter conseguido o mesmo objetivo e resultados, mas de uma forma mais suave e serena.-----

Queria ainda dar nota de que estes resultados que nós apresentamos não resultam das imposições legais, resultam sobretudo de um esforço muito grande de todos os serviços municipais que assumiram a nossa determinação de poupança como uma preocupação real e constante. Temos conseguido essa poupança nos diversos domínios da ação municipal e é um trabalho que temos de manter.-----

Queria referir também que, relativamente à venda dos terrenos é uma preocupação que temos bem presente. O problema tem de ser abordado de uma forma diferente. Estamos a preparar uma alteração ao regulamento de alienação. Entendemos que é preferível vender e receber ao longo do tempo, e criar incentivos fiscais para quem comprar, porque o que interessa é dinamizar aquela e outras áreas no Concelho.-----

Julgo que o problema nada tem que ver com a localização. Ainda há dias, na última reunião da CIM, o meu colega Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferrelra perguntou-me, em tom de gracejo, se Lousada não queria comprar zonas industriais em Paços de Ferrelra, porque estão com a mesma dificuldade. O grande problema é que são poucos os que têm capacidade de investimento e os que a têm não querem arriscar. Julgo que enquanto o País não começar verdadeiramente a crescer não vai ser fácil reverter esta situação. De qualquer modo, temos que fazer o que está ao nosso alcance, nomeadamente criando regras de alienação mais flexíveis e incentivos ao investimento local.-----

Queria dizer também que a execução do PPI aumentou para 66.1%, quanto em 2012 foi de 53.7%, e poderia ter sido superior se tivéssemos recebido, atempadamente, os diversos pedidos de pagamento ao QREN, que se encontram em atraso.-----

A execução do orçamento da despesa aumentou para 84.2%, quando em 2012 foi de 71.6%. O mesmo se pode dizer relativamente ao orçamento da receita que aumentou para 84.2%, quando em 2012 foi de 71.7%, o que demonstra o cuidado na elaboração dos documentos previsionais. Salienta-se, também, a execução de 87.6% das despesas correntes, consequência de uma execução de 97.6% das receitas correntes, o que demonstra que, cada vez mais, a despesa de capital é financiada por receita corrente, o que, a meu ver, é excelente.-----

A diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes aumentou para 2 769 494,67€, quando em 2012 foi de 1 593 377,58€, o que significa que a poupança corrente aumentou 1 176 117,09€.-----

A cobertura das despesas com as receitas internas e receitas próprias apresenta valores bastantes superiores aos do ano anterior, que por sua vez já eram superiores aos de 2011, o que revela uma capacidade crescente de gerar receitas próprias, sinal de uma boa capacidade de financiamento interno e de um grau de independência satisfatório.-----

O peso com as despesas de pessoal nas despesas correntes (53.2%) aumentou ligeiramente relativamente ao ano anterior devido à reposição dos subsídios. Mas continua a demonstrar o esforço contínuo deste Executivo na contenção e gestão adequada dos recursos humanos.-----

Merece, igualmente, destaque os rácios da liquidez e solvabilidade, os quais apresentam valores semelhantes ao do ano anterior, superior a 1%, o que demonstra a capacidade de solver os compromissos de curto prazo com celeridade. De referir que houve, novamente, uma diminuição do prazo médio de pagamento em 2013, que passou de 26 para 14 dias para fornecedores de conta corrente e de 40 para 33 dias para fornecedores de imobilizado, o que, a meu ver, é notável. -----

Importa ainda referir, relativamente aos empréstimos bancários que o valor da dívida diminuiu, sensivelmente, um milhão de euros.-----

Em conclusão, continuamos a apresentar uma situação financeira perfeitamente equilibrada que será ainda melhor quando recebermos as transferências em atraso do QREN.-----

Sem falsas modéstias, podemos mesmo dizer que a nossa situação económico-financeira é invejável. Perante um quadro de extremas dificuldades a nível nacional que muito tem afetado o poder local, podemos encarar os desafios do presente e do futuro com esperança.-----

Lousada continua a ter uma Câmara de boas contas!-----